

Audidores fiscais consideram ruim atuação de José Tostes no comando da Receita Federal e aprovam moção de desconfiança ao secretário

Assembleia geral do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da Receita Federal, aprovou na última semana uma Moção de Desconfiança ao secretário da Receita Federal, José Tostes, em razão de sua omissão em temas relevantes para a categoria e o órgão. Dentre eles, a necessidade de urgente concurso público para repor minimamente as aposentadorias que comprometem a operacionalidade de todos os departamentos, em particular a fiscalização, a alfândega e as fronteiras. O último concurso foi em 2014. Outros órgãos como AGU, IBAMA e CGU, além dos órgãos policiais, já tiveram concurso aprovado. Ainda, a não regulamentação do teletrabalho, com o retorno presencial precoce e mal planejado dos funcionários, inclusive de pessoas que fazem parte do grupo de risco.

Ficou decidida também a realização de um dia nacional de entrega de cargos, marcado para 15 de dezembro, como forma de demonstrar a indignação dos auditores contra a inércia da administração da Receita para se envolver nas pautas de interesse da classe.

A mobilização será intensificada com outras ações:

- realização de meta zero nas áreas de fiscalização de tributos internos e aduaneira, ressalvados os casos de decadência, enquanto não for publicada a Portaria da Atividade Externa.
- redução das metas em 50%;
- não participação em treinamentos, cursos e reuniões com a administração, equipes de trabalho e externas, em todos os dias da semana;

- realização de dois dias semanais de protesto (Dias de Apagão), às terças e quartas;
- suspensão dos plantões das equipes regionais ou locais de análise de risco das unidades aduaneiras aos fins de semana;
- paralisação das aduanas de fronteira terrestre nos Dias de Apagão, como forma de protesto e para pressionar o secretário da Receita a demandar junto ao governo a realização de novo concurso público para o cargo;
- e o não retorno ao trabalho presencial, previsto para o dia 1º de dezembro, enquanto não for publicada a Portaria da Atividade Externa e oferecidos os planos de gestão que viabilizem o teletrabalho.

Serão ressalvadas das ações as cargas vivas, perecíveis, medicamentos e insumos hospitalares, conforme critério habitualmente aplicado.

Os indicativos da mobilização foram aprovados por mais de 90% dos 1200 filiados participantes